

## **MANIFESTO DA FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS**

O país enfrenta momento de gravíssima crise política e econômica, que, ao ameaçar inclusive a estabilidade institucional, pode nos levar a um impasse e uma desestabilização social com conseqüências inimagináveis. Nós, governantes recentemente eleitos nas médias e grandes cidades, reunidos na Frente Nacional de Prefeitos (FNP), temos o dever de expressar nosso posicionamento. Este manifesto não se confunde com eventuais opiniões político-partidárias dos prefeitos e prefeitas enquanto agentes políticos.

É notável que as cidades alcançam no Brasil e no mundo um protagonismo cada vez mais relevante. Também é sabido que orçamentos municipais estão desequilibrados. Há um expressivo aumento da demanda por serviços públicos básicos como saúde, educação e assistência social, combinado com a queda na arrecadação em função do baixo dinamismo econômico. Esta insuficiência de recursos públicos para sustentar os serviços básicos lá na ponta poderá levar o país a uma grave crise social. Por isso, e considerando que nosso país é uma federação, este documento torna-se um dever.

A FNP reitera a importância da promoção e do aprimoramento do diálogo federativo por meio de uma mesa de negociação permanente entre União, estados e municípios, dentre outras medidas que venham ao encontro do fortalecimento da federação, das instituições e da própria democracia. Estudiosos têm apontado que se o século XX foi das nações, este seria o das cidades. Esta constatação precisa ser contemplada no nosso desenho federativo, garantindo o tratamento isonômico previsto na Constituição e promovendo avanços e o diálogo permanente com as autoridades locais.

Defendemos intransigentemente o Estado Democrático de Direito e o direito à livre manifestação. Defendemos uma saída consensuada, respeitando-se a Constituição Cidadã e a legislação vigente, que leve em consideração as diversas forças políticas da nossa sociedade e os três níveis de governo. Ao mesmo tempo, que seja célere para evitar o agravamento dos reflexos negativos que tal situação já projeta nas cidades e que temos constatado no nosso cotidiano: aumento do desemprego, desincentivo ao empreendedorismo e aos investimentos, paralisação de obras e a disseminação de um indesejável sentimento de fracasso. Reconhecemos ainda que o país precisa de reformas estruturantes, que sejam construídas em um ambiente democrático e de diálogo.

Estamos convictos que esta é uma oportunidade para o Brasil se visitar como nação. Observados os princípios do Estado Democrático de Direito, é preciso contemplar na pauta prioritária do país a busca constante pela melhoria da qualidade de vida do cidadão, a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda, a geração de emprego e o combate e a prevenção à corrupção, com controle e participação social, promovendo um sentimento de superação das dificuldades e de esperanças renovadas em dias melhores.

O Brasil não pode ficar sem rumo.

**Brasília, 25 de maio de 2017.**